

Manifestações iniciais da educação libertadora no Rio Grande do Sul

MARISA C. VORRABER COSTA

"Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão".

Paulo Freire – Pedagogia do Oprimido (p. 52)

Este estudo pretende identificar as primeiras manifestações da educação libertadora no Rio Grande do Sul, sistematizando alguns elementos filosóficos, político-pedagógicos e históricos que contribuem para a compreensão de seu significado no nosso meio.

Inicialmente esboçamos o panorama histórico-político do país no período em que se forjou o pensamento pedagógico libertador de Paulo Freire. Na segunda parte, examinamos a concepção de educação libertadora, incluindo, aí, a contribuição de Ernani Maria Fiori e a de Álvaro Vieira Pinto, explicitando, a seguir, a concepção de Paulo Freire. Na terceira parte, tratamos de relatar a presença e a disseminação das idéias pedagógicas de Paulo Freire no Rio Grande do Sul, tendo como principal fonte de referência um dossiê jornalístico da época (1963 a 1964), o qual registra os numerosos eventos que assinalaram o surgimento da educação libertadora no Estado. Ao final, tecemos algumas considerações a título de conclusão.

Ao longo do texto, damos preferência à expressão "educação libertadora", em vez de "pedagogia libertadora", por considerarmos a primeira mais abrangente do que a segunda. Entendemos que Paulo Freire criou uma modalidade de prática pedagógica – em que há uma relação indissociável entre o processo de conscientização e a valorização da cultura popular – para tornar possível a sua proposta de educação libertadora.

1. O PANORAMA HISTÓRICO-POLÍTICO EM QUE SE FORJARAM AS IDÉIAS DE PAULO FREIRE

O pensamento pedagógico de Paulo Freire,

forjou-se, segundo depoimentos dele mesmo, ao longo de sua educação familiar, de sua vida como estudante e como professor, continuando a enriquecer-se, até hoje, com o acúmulo de vivências no Brasil e no exterior.

A religião católica, inspiradora da educação que recebeu em família, influenciou acentuadamente sua formação e sua postura pedagógica, caracterizada pela comunhão permanente entre teoria e prática. Como militante no movimento de Ação Católica – criado pela igreja católica na década de 20 – posicionou-se a favor do cristianismo mais avançado, criticando a igreja dos opressores e defendendo a igreja profética que, segundo ele, é a igreja da esperança, do futuro das classes oprimidas (Gadotti, 1989, p. 22).

Nascido em 1921, no Recife, Paulo Freire vivenciou toda a fase crítica compreendida entre a Revolução de 30 e o golpe militar de 64, período em que as classes populares surgem no cenário político nacional, configurando movimentos de diferentes orientações como, por exemplo, o dos católicos radicais que se envolvem na mobilização popular.

Após a segunda Guerra Mundial, expande-se o populismo, fenômeno típico da América Latina, decorrente da emergência das classes populares urbanas, insatisfeitas com suas condições de vida e de trabalho em meio à industrialização crescente. Góes (1989) caracteriza o populismo brasileiro como revolucionário em 1930; 'bonapartista' em 1937; nacionalista e antiimperialista de 1950 a 1954; desenvolvimentista no final dos anos 50; moralista em 1961; nacionalista e sindicalista até sua queda em 1964" (p.10). Imbuídos do espírito do nacionalismo-desenvolvimentista, os governos populistas logo revelam a ambigüidade de suas propostas, reagindo sensivelmente à pressão

popular por um lado e, por outro, utilizando-se de estratégias de manipulação das massas, visando dirigir suas aspirações. A esse quadro some-se ainda a invasão econômica e cultural norte-americana que veio chocar-se com as aspirações nacionalistas. A penetração do capital estrangeiro através das empresas multinacionais contribuiu para o surgimento da outra face do capitalismo caracterizada pelo agravamento da pobreza e ampliação dos grupos socialmente marginalizados.

Esse foi o ambiente fértil para a emergência de movimentos, no próprio contexto da ideologia nacional-desenvolvimentista, com o objetivo de corresponder ao anseio sempre presente entre alguns políticos e intelectuais – que lutavam ao lado das classes subordinadas – de resolver o dramático problema da educação popular.

Os movimentos de cultura popular que se manifestaram inicialmente no Nordeste brasileiro, constituíram-se numa forma de reação contra o elitismo da educação conservadora que se encastelava nas universidades.

Góes (1989) registra quatro movimentos importantes que emergiram no período 1960-61; em Recife, o Movimento de Cultura Popular (MCP); em Natal, a Campanha, De Pé no Chão Também se Aprende a Ler; na Igreja Católica, o Movimento de Educação de Base (MEB) e na UNE, o Centro Popular de Cultura (CPC).

O MCP – em cuja estruturação e desenvolvimento envolveu-se Paulo Freire como diretor da Divisão de Pesquisa do Departamento de Formação da Cultura – surgiu durante o governo de Miguel Arraes, em maio de 1960 (Góes, 1989) tendo como objetivo fundamental a participação do povo na produção da cultura.

A educação popular, com caráter libertador, que se desenvolveu embasada nas idéias de Paulo Freire, concretizou-se através de práticas pedagógicas cujo objetivo principal e ponto de partida era a alfabetização de adultos. O método de alfabetização, gestado desde o final da década de 50, teve no Brasil, um meteórico período de utilização, iniciado em 1962 e interrompido abruptamente com o golpe de 1964.

As experiências realizadas neste período, porém, constituíram o embrião da pedagogia libertadora cujas bases teóricas são explicitadas, já no exílio, nas obras *Educação Como Prática de Liberdade* (a primeira edição é de 1967) e *Pedagogia do Oprimido* (editada em inglês e espanhol, em 1970).

2. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO LIBERTADORA

A concepção de educação como afirmação de liberdade remonta aos gregos e persiste, até hoje, como uma das idéias fundamentais do humanismo ocidental, tendo sofrido ampla apropriação por várias correntes da pedagogia. Relaciona-se com o surgimento da consciência de que somente ao próprio homem e a cada homem cabe a tarefa de tornar-se plenamente humano. A educação é parte do processo de humanização e este, uma luta constante contra todas aquelas forças que buscam fazer do homem objeto e não sujeito de sua construção histórica.

Na segunda metade deste século – em 1968 – a expressão “Educação Libertadora” foi consagrada no documento dos bispos da América Latina, em Medellín, na Colômbia, estabelecendo-se uma acentuada ligação entre essa concepção e o pensamento católico progressista. De acordo com o referido documento, a educação libertadora é aquela que “transforma o educando em sujeito do seu próprio desenvolvimento” e constitui “meio chave para libertar os povos de toda a escravidão e para fazê-los ascender de condições de vida menos humanas para condições mais humanas” (Rossa, 1988, p. 10-11).

- A contribuição de Ernani Maria Fiori

Ernani Maria Fiori, filósofo gaúcho, amigo de Paulo Freire desde os anos 50, quando se conheceram numa visita de Freire ao RS, talvez tenha sido quem ofereceu a contribuição mais significativa para a explicitação do conceito de educação libertadora na perspectiva em que ele passa a ser utilizado na práxis pedagógica de Freire.

Ao prefaciar a *Pedagogia do Oprimido*, Fiori escreve:

O monólogo, enquanto isolamento, é a negação do homem: é fechamento da consciência, uma vez que consciência é abertura... O diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta (p. 16).

Destaca, assim, a exigência de um processo dialógico intersubjetivo na base da construção do sujeito consciente e livre, realizador de sua própria história e participe do processo de humanização.

Posteriormente, numa conferência proferida em 1971, no Panamá, Fiori (1988) diz que

A libertação é processo que conduz à liberdade, a qual assume diferentes configurações circunstanciais, mas que, em qualquer delas deverá coincidir com o pleno reconhecimento ativo do homem pelo homem – como sociedade que é, e dentro das condições objetivas da história que também é – de tal maneira que ele tenha suficiente autonomia para plasmar a forma histórica de seu mundo, o que vale dizer, sua própria forma humana (p.27)

Para ele, à educação não cabe “libertar uma essência humana já pré-formada segundo determinações naturais. Inventar historicamente o homem... é risco e aventura histórica... é desenvolvimento dialético de um processo histórico-cultural”(p.27). Concebe o aprender como um esforço de re-invenção do mundo que assume e supera as circunstâncias históricas objetivas em que se vive. Se o aprendizado não for um ato criador e ocorrer “separado da produção real da existência” (p.28), ele passa a ser instrumento da alienação humana. Denuncia o equívoco daqueles que acreditam que, integrando os dominados ao sistema escolar dos dominantes, estariam contribuindo para sua libertação. Para ele, isto é uma pseudodemocratização, uma vez que o saber institucionalizado que se encontra mistificado na escola, as idéias e valores aí transmitidos serviriam apenas para aumentar a submissão dos dominados ao sistema da dominação. O papel da educação libertadora é o de desmistificar o saber ideologizado, não apenas através da crítica das idéias dominantes, mas da “participação ativa na práxis produtora do mundo e do homem” (p.30). Para Fiori, a cultura tem um sentido tão fundamental na educação como libertação, porque é ela que consubstancia em profundidade toda a amplitude do humano. Ela

É processo social de permanente re-criação do mundo, da existência do homem. É a história toda. Insistimos: para o homem, constituir seu mundo e constituir-se é o mesmo. O homem se forma, se educa nas formas do mundo que ele elabora em comum – somente a colaboração pode produzir e produzi-lo (p.31).

A valorização da cultura popular, do diálogo intersubjetivo e da construção coletiva no contexto da educação libertadora encontra inspiração e ressonância nestas idéias de Fiori, partilhadas com Freire ao longo de seus encontros e desencontros em suas trajetórias de vida.

- A Influência de Álvaro Vieira Pinto

Vanilda Paiva (1984) em suas Anotações para um estudo sobre populismo católico e educação no Brasil, indica Álvaro Vieira Pinto, ideólogo do ISEB¹, como o pensador que exerceu maior influência na formação do pensamento de Paulo Freire, na década de 60. Desde 1958, a nova geração de educadores brasileiros é marcada pela teorização do ISEB e também pelas idéias de filósofos cristãos como Maritain, Teilhard de Chardin e Mounier. Vieira Pinto, influenciado pela corrente do existencialismo cristão, principalmente através do personalismo de Mounier, e também por autores populistas russos, como Proudhon – contribuiu para a explicitação e articulação de elementos ideológicos que fundamentaram as forças católicas que rejeitavam o capitalismo pelo que ele representava como instrumento de desumanização e destruição de valores cristãos. Tal rejeição sustentava-se na idéia de valorização da cultura do povo, defesa de suas tradições e contra o progresso avassalador. Segundo Paiva, é “esta articulação de padrões ideológicos populistas no interior do nacionalismo desenvolvimentista” (p.244) que constituiu-se no ponto de contato entre Vieira Pinto e Paulo Freire.

Vieira Pinto via o papel do intelectual como aquele que contribui para que a massa, o povo seja capaz de proferir o seu ideário. Educação é um trabalho de “clarificação ideológica” (Paiva, 1984, p.243), que envolve superação da consciência ingênua e ação transformadora como projeto de libertação. Semelhante a alguns posicionamentos de Fiori, Vieira Pinto também ressalta a importância, na perspectiva de uma educação libertadora, de elementos como produção da cultura, trabalho e conscientização, historicidade da ação, etc.

- A concepção de Paulo Freire

A educação libertadora concebida como aquela em que o homem se liberta através de uma ação cultural em que ele é o ator principal e o autor de sua própria história, tem em Paulo Freire um de seus principais mentores.

Kowarzik (1983), ao analisar a dialética do diálogo libertador de Freire, diz que este “retoma a relação originária entre dialética e diálogo e define a educação como a experiência basi-

camente dialética da libertação humana do homem, que pode ser realizada apenas em comum, no diálogo crítico entre educador e educando" (p.69-70).

Em entrevista a Ivan Teófilo, publicada na Revista da AEC, em 1988, Paulo Freire reconstitui o contexto gerador da educação libertadora na sociedade brasileira. Refere-se, primeiramente, a ingredientes históricos, sociais, políticos, culturais e ideológicos, emergentes na América Latina, que dão origem à educação popular. No Brasil, estes ingredientes, somados às práticas engajadas de educação popular, tomam corpo inicialmente no Nordeste, principalmente sob as formas de educação de adultos e movimentos de cultura popular. Segundo ele, o conceito de cultura popular foi cunhado no Nordeste, em Recife, no Movimento de Cultura Popular, durante o governo de Miguel Arraes, nos anos 60, de onde se originaram os Centros Populares de Cultura.

O movimento de Cultura Popular nasce de um grupo de intelectuais, artistas e gente do povo, profundamente marcados pela contradição entre a espoliação das classes populares e os seus sonhos, aspirações e vontade de ser. Este é o contexto gerador de uma luta crescentemente crítica que, historicamente, avançou da educação de adultos e da cultura popular, nos anos 50 e 60, para a educação popular. Freire diz que "a educação popular é o esforço organizado, o esforço sistematizado de mobilização das classes populares, de organização das classes populares, para a transformação da sociedade injusta e a invenção de uma sociedade menos injusta" (1988, p.82). A educação popular é, então, uma luta política, no contexto das classes sociais, em favor dos interesses das classes populares. É aí que emerge uma educação com caráter libertador e que só se constitui como tal quando a situação opressora gera a rebeldia do oprimido e impele-o a agir na busca de sua libertação. É assim que a situação concreta de opressão se torna pedagógica, diz Freire. O oprimido inicia a compreensão e a percepção objetiva da realidade opressora através de um trabalho puramente intelectual, resultante de sua participação conflituosa no contexto da opressão. É por isso que o opressor não pode fazer deliberadamente a pedagogia para a libertação do oprimido. Isto só ocorre se houver uma conversão profunda do opressor, uma conversão política, não aquela do tipo assistencialista.

3. O SURGIMENTO E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA NO RS

A atuação de Paulo Freire no Brasil, no período que antecedeu o golpe de 64, caracterizou-se, basicamente, pela realização de conferências, de embates polêmicos com os adversários da educação popular e pela prática do método de alfabetização de adultos que viria a revolucionar toda a pedagogia nesta área. A teoria emergente neste período só foi sistematizada, posteriormente, no exílio, continuando a ser explicitada, até hoje, através da intensa atividade de reflexão sobre a prática que o autor continua a desenvolver, agora, já plenamente inserido no contexto educacional, político e acadêmico do país.

A pedagogia libertadora de Freire, com forte componente político-emancipatório, teve como base sua experiência junto à classe trabalhadora, quando, em 1946, começou a atuar no SESI, em Recife, no setor de educação. Foi aí, ao longo de oito anos, no contato com alunos, professores e pais, que ele começou a tomar consciência das diferenças entre a linguagem culta que utilizava e a linguagem popular dos trabalhadores e da importância de superação deste distanciamento para estabelecer um efetivo diálogo com o povo. Abandonou, então, o discurso abstrato, substituindo-o por elementos concretos da vida das pessoas com quem trabalhava: a partir daí é que evoluiu sua pedagogia centrada na prática, na história e na cultura popular. Foi assim que surgiu o círculo de cultura como núcleo inicial de trabalho. Segundo escreveu Francisco Weffort, no ensaio, Educação e Política, apresentado na primeira parte da obra EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE (1980),

Os participantes do diálogo no círculo de cultura não são uma minoria de aristocratas dedicada à especulação, mas homens do povo. Homens para os quais as palavras têm vida porque dizem respeito ao seu trabalho, à sua dor, à sua fome (p.7).

A alfabetização nos círculos de cultura, extremamente bem sucedida, repercutiu positivamente nos meios políticos de esquerda, atemorizando a direita e passando a vincular, claramente, a proposta de Paulo Freire com a ascensão das classes populares. A experiência realizada na cidade de Angicos, no RN, onde 300 trabalhadores foram alfabetizados em 45

dias, impressionou a opinião pública fazendo com que o governo federal projetasse sua ampliação para todo o país. Afirma Weffort (1980) que entre junho de 1963 e março de 1964 realizaram-se cursos para capacitação de coordenadores em várias capitais dos estados, atingindo a milhares de pessoas. Previa-se para 1964 a instalação de 20.000 círculos de cultura, atingindo, através deles, a alfabetização de 2 milhões de alunos.

É neste contexto de valorização da cultura popular e preocupação com a alfabetização do povo, com vistas a uma ampla participação democrática na vida política do país, que surge, em Porto Alegre e em outras cidades do interior do RS, uma intensa mobilização visando à criação de programas nesta direção. Em 1963 e início de 1964, a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) – sob a orientação da Profa. Zilá Mattos Totta, educadora de idéias avançadas e reconhecida competência pedagógica, assessorada por uma equipe com larga experiência na área da educação e cultura da JEC, JUC, UNE, UGES e UEE – constitui-se no centro articulador, no estado, das atividades relacionadas com educação popular e de alguma forma integradas à Campanha Nacional de Alfabetização da qual Paulo Freire foi o inspirador e coordenador.

As iniciativas deste período estavam, todas elas, fortemente marcadas pelas idéias da educação libertadora de Freire e vinculavam-se aos movimentos de cultura popular surgidos no Nordeste e em expansão por todo o país. Era um momento de intensa ebulição política em que se alargavam os espaços de participação da classe trabalhadora.

Um dossiê com recortes de jornais de Porto Alegre cobrindo o período de 16 de março de 63 até meados de janeiro de 64, organizado pela Profa. Ana Maria Zardim, é a fonte dos dados que analisamos a seguir.

- O plano de cultura popular da SEC/RS

Em 1963, na Divisão de Cultura (DC) da SEC, sob a direção da Profa. Lúcia Castilho, foi criado o Grupo de Cultura Popular que pretendia, “através de um trabalho de coordenação, dar às atividades daquele setor, um sentido eminentemente popular”. O Conselho de Cultura Popular (CCP) da DC assim define seus objetivos:

Considerando que o CCP entende cultura não apenas como a transmissão do conhecimento,

mas a participação ativa de todos, do povo, no processo cultural e social brasileiro, propõe-se a um trabalho de conscientização do mesmo, levando-o a uma atitude crítica em relação à sua realidade, no sentido de assumi-la e transformá-la, encarando sua vocação de sujeito da história².

A concretização desses objetivos, no Plano de Cultura Popular da SEC, iniciou por três experiências-piloto. A primeira, típica de “zona urbana”, desenvolvia-se no Partenon, junto ao Curso Supletivo do Grupo Escolar Apeles Porto Alegre. Envolviam-se na experiência a Associação dos Amigos do Bairro Partenon, o Círculo de Pais e Mestres, o Clube de Mães e o Trabalho Comunitário de Recuperação de Menores. A experiência funcionou com nove turmas e um coordenador. A segunda experiência, em “vila popular”, localizou-se na Vila Conceição, no bairro Santo Antônio, rua Caldre e Fião, em estreita colaboração com a Pequena Casa da Criança, com o Centro Popular de Cultura da própria vila, com a Divisão do Trabalho e a Divisão de Habitação da Secretaria de Habitação, que atuavam em “reconstrução da vila” e “sindicalização”, e ainda com a colaboração do Grupo de Assistência Judiciária de Alunos do Direito e o Grupo de Assistência Médica e Educação Sanitária de alunos da Medicina. Funcionou com cinco turmas e um coordenador. Finalmente, a terceira experiência, característica de “bairro operário” e que ainda se encontrava em estágio mais atrasado, localizava-se junto ao Curso Supletivo do Grupo Escolar Dolores Alcaraz Caldas e esperava contar com a colaboração do Grêmio dos Estudantes do Colégio Dom Diogo. Abrangeu quatro turmas e um coordenador (Folha da Tarde de 17/04/63 e 2/5/63).

O plano previa, ainda, integração com o Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos da SEC para a organização de cursos supletivos e elaboração de uma “Cartilha Existencial”. Junto aos cursos supletivos pretendia-se colocar Escolinhas de Arte – Teatro, coordenado pela Profa. Maria de Lourdes Agnostopoulos, apresentando peças, promovendo debates e estimulando a criação de novos grupos teatrais da localidade; Poesia, com a orientação do Prof. Carlos Appel, com trabalho semelhante ao teatro; Cinema, com a criação de documentários educativos e Cine forum; Música, utilizando grupos corais e introdução gradativa de música erudita. Objetivava-se, também, a criação de uma biblioteca volante e o planejamento de Educação Sanitária,

Higiene e Recreação Dirigida (Folha da Tarde, 17/4/63).

O editorial do jornal Correio do Povo de 4 de maio de 1963 tece elogiosas considerações à atuação do estado na área de alfabetização, destacando os méritos da expansão da rede escolar e a confiança no decorrente aprimoramento do corpo docente para que o RS se firmasse, definitivamente, como um dos estados líderes nesta área, no país. Ressalta, ainda, o editorial, a propriedade da implantação, no dia 2 de maio de 63, de 650 cursos supletivos, num programa destinado a atender aquela parcela da população de adolescentes e adultos que quase sempre fica à margem da rede de ensino. Esses cursos, sob a supervisão do Serviço de Educação Especial de Adultos e Adolescentes da SEC – sob a coordenação da Profa. Ana Maria Franco – cobriam num primeiro estágio, 70% da área do estado, ampliando-se, após, para outras regiões. Somente em Porto Alegre, estava prevista a implantação de 130 unidades com este fim. O mencionado editorial concluía referindo-se ao fato de que os cursos poderiam funcionar tanto “em grupos escolares como junto a instituições particulares, quartéis, paróquias e corporações de classe, por forma a se obter um rendimento que resulte em efetivo combate ao analfabetismo com base à mais completa valorização do homem apto a operar em todos os setores de atividades” (Correio do Povo, 4/5/63).

Pode-se perceber, pelo próprio teor do editorial, além do apoio às iniciativas na área educacional, a incorporação do sentido humanizador (e, portanto, libertador) que havia no bojo dessas campanhas de ampliação das oportunidades de educação para o povo, na perspectiva da superação de sua marginalidade em relação aos bens culturais e econômicos da sociedade. Da mesma forma, a ampla cobertura dada pelos jornais da época – Correio do Povo, Folha da Tarde, Jornal do Comércio e Jornal do Dia – aos eventos relacionados com a educação popular, é reveladora de uma certa adesão da imprensa ao significado patriótico, nacionalista e desenvolvimentista que perpassava as iniciativas neste setor.

A Folha da Tarde de 10 de maio de 63 faz referências aos locais em que estavam ocorrendo os cursos de alfabetização de adultos, notando-se que os mesmos aconteciam nos mais variados tipos de escolas e instituições, cobrindo toda a região metropolitana, incluindo as vilas mais afastadas e as encostas dos

morros. Constatam-se, também, através das notícias da imprensa, inúmeras iniciativas que revelam os vínculos de toda esta agitação democrática na educação com as idéias de Freire e os Movimentos de Cultura Popular, emergentes em todo o país. Em relação aos cursos em desenvolvimento, há sempre o registro de que seguem o método de Paulo Freire. Manchetes como “USO DE CORAL FALADO NA ALFABETIZAÇÃO” (Folha da Tarde, 20/5/63) e “E A VILA FAZ TEATRO” (Folha da Tarde, 4/6/63), indicam o objetivo de “integração do homem na sua comunidade” e “popularização da cultura”. Maria de Lourdes Agnostopoulos falando de seu trabalho com teatro na Vila Cipó, diz “ – A vida é que fará teatro!” Explica que a comunidade foi aprendendo o que é teatro, o que é mímica, o que é improvisação e, assim, é que se chegou à criação. Acentua emocionada que se surpreendeu com

A facilidade com que aquela gente, aparentemente sem maiores luzes e oportunidades, tomou o tema nas mãos, criou personagens, viveu-as, sacudiu-as, usando interpretação, improviso, mímica, canto e até um certo sentido de plasticidade, de movimentação cênica” (Folha da Tarde, 4/6/63).

No mês de junho de 1963, os jornais anunciaram amplamente a vinda de Paulo Freire à Porto Alegre, na primeira quinzena de julho, para ministrar curso sobre seu método³. As notícias referiam-se também ao sucesso da alfabetização em 40 dias em manchetes como: “EM APENAS 40 HORAS – ALFABETIZAÇÃO; ‘MÉTODO PAULO FREIRE’ PRODUZ GRANDES RESULTADOS NO RN”; “ALFABETIZAÇÃO EM 40 DIAS; SOCIÓLOGO PERNAMBUCANO VAI DAR CURSO EM PORTO ALEGRE”. O curso de Paulo Freire, promovido pela SEC e UEE, realizou-se de 10 a 16 de julho, no Salão de Atos da PUC (atual Rosário), com grande participação, registrada através de foto na reportagem sob o título “40 HORAS PARA A SALVAÇÃO DO ‘HOMEM BRASILEIRO’” (Folha da Tarde, 18/7/63). Nesta matéria, Walter Galvani refere-se ao evento como “o maior acontecimento na área cultural do Rio Grande do Sul deste ano de 1963”, qualificando-o como “um curso destinado a se constituir em célula, em germe de uma verdadeira revolução”. Destaca a participação de, aproximadamente, novecentos inscritos no curso, sendo um terço do interior do estado. Analisando a receptividade, registra que, ao final apresentaram-se pelo

menos, 150 pessoas dispostas a passar a integrar a campanha, significando isso, no mínimo, o surgimento de 50 novos Círculos de Cultura. A reportagem prossegue descrevendo os fundamentos do método de Freire e o seu significado sócio-político (Folha da Tarde, 18/7/63).

O entusiasmo dos educadores gaúchos, tanto professores como estudantes e intelectuais que se engajaram no Plano de Cultura Popular da SEC/RS, manifesta-se vivamente na sua participação no I Encontro Nacional de Cultura Popular e Alfabetização, cuja realização, em Recife, de 15 a 21 de setembro, é noticiada pelo Correio do Povo, Jornal do Dia e Folha da Tarde em 13 de setembro de 63. A missão seria composta de elementos da SEC, da UEE, do CPC da UGES, do CPC da FEUSM, da Faculdade de Filosofia de Ijuí, de um representante do Movimento Comunitário desta mesma cidade e de quatro líderes sindicais, como convidados (Jornal do Dia, Folha da Tarde e Correio do Povo, 13/9/63).

Ao voltar do Recife, a delegação do Rio Grande do Sul realizou um encontro na Vila Betânia em que avaliou o trabalho até então realizado no estado e traçou novos planos. O Correio do Povo e o Jornal do Dia anunciam em outubro, como deliberação desta reunião, a instalação de 50 Círculos de Cultura, dando-se ênfase especial ao trabalho de alfabetização, abrangendo "vilas populares, empregadas domésticas, operários de fábricas, doentes internos da Santa Casa e vilas marginais" (Jornal do Dia, 6/10/63).

A decisão de levar avante o trabalho de cultura popular, com especial impulso aos setores de teatro e cinema, nos 8 a 10 Círculos de Cultura a serem instalados no Passo D'Areira, é registrada em notícia do Correio do Povo de 10 de outubro de 63. Nesta mesma matéria é anunciada a criação de um trabalho de "desenvolvimento e vida de comunidade". É também lançado pela Câmara Júnior de Porto Alegre um pedido de apoio financeiro da comunidade, para que, através de seu intermédio, possam ser fornecidos materiais tais como projetores de slides, baterias de slides, quadros-negros, cadernos e lápis, indispensáveis ao funcionamento dos Círculos de Cultura no "método moderno de alfabetização" (Correio do Povo, 10/10/63).

Ao longo do mês de outubro de 1963, os jornais continuam dando cobertura a todas as atividades desenvolvidas no estado, tendo em

vista a implantação e o aprimoramento dos Círculos de Cultura, e prosseguem relatando a participação dos coordenadores em cursos sobre o método de Paulo Freire.

A partir de 23 de dezembro de 1963, a Folha da Tarde passa a anunciar os resultados que vêm sendo obtidos no estado com a Campanha de Alfabetização. Destaca que os testes não poderiam ser melhores após "8 meses de aplicação puramente experimental em termos de pesquisa científica do 'Sistema Paulo Freire de alfabetização e conscientização' em nosso meio". Compara os resultados obtidos aqui com os da experiência de Angicos no RN, considerando-os indicadores da "certeza da qualidade do sistema" (Folha da Tarde, 23/12/63).

Na mesma reportagem, é relatado o caso de uma avó de 53 anos, integrante do Círculo de Cultura coordenado por frei Bernardo, na Vila Santa Luzia, que, após 36 horas de trabalho, alfabetizou-se. Citaremos a seguir o texto do jornal para captar a "emoção pura" que impregnava o depoimento do frei e comoveu o repórter:

Era a noite em que pela 36ª. vez os integrantes do Círculo da vila de 17.000 habitantes, situada entre a Av. Oscar Pereira e a Voltaire Pires, no coração da metrópole gaúcha, encontravam-se naquela sala de aula, diante dos bancos escolares que nunca freqüentaram em sua infância distante, do frei lutando para deixar de ser o 'professor' tradicional mas sim 'um deles' que apenas coordena o trabalho e ajuda-os a descobrir 'o seu valor', o quadro negro, a tela branca, o projetor de slides. O Natal estava cada vez mais próximo. O frei achou de pedir 'aos membros' do Círculo, suas manifestações sobre a festa máxima de solidariedade humana. Que desejavam eles? Uma festa? Presentes?

Uma daquelas boas mulheres baixou os olhos e pediu para interpretar os sentimentos de todo grupo. Disse que não escreveria na pedra nem diria porque 'sentia vergonha'. Escreveria em seu caderno.

Daqui a pouco, estremecido pela emoção, o frei Bernardo leria aquela frase que era mais do que um agradecimento. Era uma afirmação do próprio valor que se descobria:

- "Melhor presente de Natal é aprender a ler!" (Folha da Tarde, 23/12/63).

A matéria estava ilustrada com fotos mostrando o círculo da vila em atividade, acompanhada de dizeres como "A CAMINHO DA CONSCIENTIZAÇÃO", "UM MUNDO QUE DESPERTA". Sob uma foto lê-se: "Aos poucos, tocados no

mais íntimo de sua vivência, os integrantes de um 'círculo de cultura' despertam e passam a confiar ao papel as mais espantosas e emocionantes revelações. Agora a vitória já está próxima" (Folha da Tarde, 23/12/63). Incluía também a reprodução de palavras de Paulo Freire, justificando os Círculos de Cultura como uma proposta de superação das condições estáticas de uma escola noturna que se apresenta em "contradição com a sociedade em trânsito". Sendo assim, o professor foi substituído pelo coordenador de debates, "o aluno, por participantes do grupo. A aula, pelo diálogo. Os programas escolares por situações existenciais" capazes de desafiar os grupos e conduzi-los à crítica (Folha da Tarde, 23/12/63). Há, ainda, menção, nesta reportagem, ao recém fundado Instituto de Cultura Popular do RS, seguida da frase "estaremos em plena batallha".

Como se pode perceber, há uma ampla e explícita receptividade de parte da Folha da Tarde em relação ao direcionamento dado às atividades de educação libertadora no estado, indicadora da adesão, talvez politicamente oportuna, ao clima nacionalista disseminado em todo o país.

Durante o mês de dezembro de 1963, o jornalista Walter Galvani apresenta uma série de reportagens sempre encabeçadas pela frase "MELHOR PRESENTE DE NATAL É APRENDER A LER"⁴. Elas tratam, fundamentalmente, do trabalho nos Círculos de Cultura, relatando as características básicas do método de Paulo Freire. O entusiasmo pelas iniciativas em educação popular e a conclamação à participação expressam-se em manchetes como: "PRODIGIOSA É A FOME DE CULTURA DO NOSSO POVO", "E NÓS, LEITORES, COMO AJUDAREMOS?". Frases como "Quero aprender a ler e a escrever para deixar de ser sombra dos outros" revelam, segundo o jornalista, "todo o processo de verdadeira emersão do povo, característica do estágio atual da sociedade brasileira em trânsito"(Folha da Tarde, 24/12/63).

A frase escrita por participante de um Círculo de Cultura, "O POVO TOPA A LUTA", encabeça a reportagem de 26 de dezembro de 63, na qual Galvani relata situações vividas nos Círculos de Cultura. Ao final, ele diz: "Enfim, esta gente está despertando ... Eles encontrarão o seu caminho, se lhes possibilitarmos os meios para entenderem que eles são 'gente de muito valor'" (Folha da Tarde, 26/12/63).

As duas reportagens seguintes da mesma série abordam as contribuições da população em geral, seja em termos de participação na qualidade de coordenadores de futuros círculos, seja pela doação de materiais como lápis, borrachas, slides, projetores, etc. (Folha da Tarde, 27/12/63). A Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinegrafistas de Porto Alegre coloca-se à disposição da campanha através de correspondência enviada à Folha da Tarde. Da mesma forma, dirigentes de firmas e leitores oferecem-se para qualquer tipo de ajuda. A notícia "COMEÇAM A CHOVER CONTRIBUIÇÕES" expressa o espírito de colaboração que há entre a população (Folha da Tarde, 30/12/63).

No dia 31 de dezembro a Folha da Tarde publica a reportagem "A VILA MANDA MENSAGEM PARA A CIDADE GRANDE". Inicia com o texto de um homem, "seu" Ernesto Rocha, que, há apenas dois meses, era completamente analfabeto:

Que esse ano tenha paz e tenha melhoramento de vida para toda a humanidade. Haja boa vivência. Mais descanso de vida. O homem não descansa, por isso aparece muita agitação. Há muita carestia. E esta carestia traz aperto no pessoal que passa fome. Haja mais moralidade. O bem que a gente sente, todos deveriam sentir. O bem é para todos! (Folha da Tarde, 31/12/63).

No início de janeiro a Folha da Tarde continua a noticiar a ampla participação da população, iniciando as matérias com as frases "COORDENADORES: SURGEM DE TODOS OS QUADRANTES PARA COLABORAR" (Folha da Tarde, 4/1/64) e "MOÇAS QUEREM SER COORDENADORAS, FIRMA TRAZ GIZ E UGES, SOLIDARIEDADE" (Folha da Tarde, data presumível: antes de 8 de janeiro de 63). Junto a esta última reportagem, há uma foto com a legenda "UGES SOLIDÁRIA", na qual aparece o presidente da UGES, Aurélio da Rocha Moraes e o secretário de Imprensa, Geraldo Gama, anunciando ao repórter a realização do I Seminário Gaúcho de Cultura Popular, reunindo os estudantes gaúchos de grau médio em Cachoeira do Sul. O Seminário aconteceu de 8 a 12 de janeiro. Ressalte-se que a reportagem faz o registro de presença dos representantes da UGES na redação do jornal com a finalidade de trazer a integral solidariedade da agremiação ao movimento que a Folha da Tarde vem realizando em prol da alfabetização "correspondendo àquelas grandes aspirações de toda a

coletividade de que se trabalhe para a erradicação da miséria e da incultura de nosso meio" (Folha da Tarde, data presumível: antes de 8 de janeiro de 63).

Finalmente, o último recorte do dossiê, sob a manchete "SÃO LEOPOLDO: GRANDE 'BLITZ' SERÁ DESFECHADA SEGUNDA-FEIRA" registra o surgimento de mais iniciativas ligadas à campanha em favor do "sistema de alfabetização do Professor Paulo Freire". A União Leopoldense de Estudantes Secundários (ULES) anuncia a criação de três Círculos de Cultura e a ampliação progressiva deste número até que se alcance, ainda em 1964, o objetivo de erradicação completa do analfabetismo na comunidade. Pretendem realizar também, antes da pesquisa vocabular que precede a instalação dos cursos de Paulo Freire, um levantamento censitário para conhecer, em números absolutos, quantos são os analfabetos em São Leopoldo e qual o seu percentual em relação ao total da população. O levantamento já iniciado na Vila Esperança apontou um índice de 40% de analfabetos (Folha da Tarde, 10 de janeiro de 1964).

A mensagem ao Professor, publicada no Jornal do Dia, Folha da Tarde e Correio do Povo de 15/10/63, que apresentamos a seguir, expressa com muita propriedade as idéias norteadoras e inspiradoras de todas as manifestações a que nos referimos nesta parte deste estudo. A Secretária de Educação, Zilá Mattos Totta, foi a porta-voz oficial, em nosso estado, do ideário da educação libertadora, além de ter estimulado e criado condições para que as idéias e os ideais se transformassem em práticas concretas.

MENSAGEM AO PROFESSOR

TU ÉS PRESENÇA

vislumbrada pelo olhar ansioso da criança ao iniciar sua grande aventura no limiar da escola: presença que marca, que encoraja e que convida a penetrar no mundo das descobertas...

TU ÉS PRESENÇA

com a qual se identifica o jovem carente de afirmação, sedento de autenticidade...

TU ÉS PRESENÇA

que envolve toda a experiência educativa,

sem, no entanto, interceptar o ato criador, sem macular, a obra prima, única e original que o crescimento harmonioso da personalidade do educando projeta por si mesmo diante dos teus olhos perspicazes e repletos de esperança...

TU ÉS PRESENÇA

testemunho vivo e amadurecido de uma conquista que arrasta e convence, promovendo a libertação dos que seguem o teu roteiro sem confundir os seus passos com os teus...

TU ÉS PRESENÇA

silenciosa e atenta, quando se trata de ouvir; serena e equilibrada, quando se trata de orientar...

TU ÉS PRESENÇA

que convida ao diálogo; que recebe a novidade sem se escandalizar; que rasga perspectivas, para construir...

TU ÉS PRESENÇA

que tem sempre uma mensagem para anunciar ao mundo...

P R O F E S S O R,

Nesta presença, eu te coloco. Embora conhecendo as limitações, do teu cotidiano e as carências da humanidade que trazes contigo, na confiante certeza com que te homenageio nesta data, que é tua, vai a afirmação de que vejo em teu presente labutar, em tuas realizações e investidas, a esperança de um amanhã que recomeça cada dia.

O que pretendes, não se esgota num hoje perecível e limitado.

Educação é obra de plenitude, que supõe um amor de promoção e impulsiona à Grande Presença, que justifica o próprio ato criador.

Porto Alegre, 15 de outubro de 1963.

Zilá Mattos Totta
Secretária de Educação e Cultura

- O Instituto de Cultura Popular no RS⁵

A criação do Instituto de Cultura Popular do

RS (ICP/RS) insere-se no amplo movimento nacional de valorização da cultura popular, elemento indissociável da proposta de educação libertadora de Paulo Freire. Em nosso estado constituiu-se em mais uma iniciativa dentro do quadro de intensa participação e mobilização do povo, com a cobertura oficial da Secretaria de Educação e Cultura, cuja titular, a Profa. Zilá M. Totta, representava uma linha política diferente da do então governador Ildo Meneghetti, que não partilhava das idéias populistas de Jango.

O Instituto de Cultura Popular do RS foi fundado em 14 de dezembro de 63, em assembléia geral realizada na Biblioteca Pública Municipal de Porto Alegre, presidida pela Profa. Lúcia Castilho e secretariada pelo Prof. Geraldo Meyer Fagundes. A ata de fundação foi assinada por 70 pessoas sendo

... 28 estudantes, 20 professores, 6 assistentes sociais, 3 funcionários públicos, 3 advogados, 2 clérigos, 1 economista, 1 jornalista, 1 comerciante, 1 médico, 1 engenheiro, 1 dona-de-casa, 1 odontólogo e 1 participante não identificado profissionalmente (Andreola, 1988,p.40).

O envolvimento da Profa. Lúcia Castilho na criação do ICP/RS evidencia o entrelaçamento do Instituto com as atividades da Divisão de Cultura da SEC que, aceitando sugestões do Prof. Ernani Fiori, pretendia imprimir um cunho popular ao trabalho do setor cultural, no qual já se utilizava o método de Paulo Freire.

O Prof. Fiori foi eleito presidente do ICP/RS nesta mesma assembléia em que também foram aprovados os Estatutos, documento que continha os requisitos de caráter jurídico e administrativo para o reconhecimento oficial e delineava a filosofia e as diretrizes de ação.

Transcrevemos, a seguir o Art. 1., do Título I, dos estatutos, para explicitar com fidelidade as finalidades do ICP/RS.

Art. 1 - O Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul é uma sociedade civil, de duração indeterminada e número ilimitado de sócios, cujas finalidades são as seguintes:

- 1. Promover a criação de autêntica cultura popular nacional, levando o povo ao conhecimento e à interpretação crítica dos fenômenos*

sociais bem como à participação ativa na busca de soluções para seus problemas.

- 2. Atender à democratização da cultura através da alfabetização e outros instrumentos educativos que possibilitem o acesso do povo às formas culturais.*
- 3. Propiciar ao povo condições para a elaboração de novas formas expressivas de nossa cultura.*
- 4. Planejar, coordenar e avaliar atividades de cultura popular no Estado, em regime de colaboração com outras entidades e movimentos congêneres.*
- 5. Formar pessoal habilitado para atuação nos trabalhos de cultura popular.*
- 6. Manter experiências-piloto como laboratório de pesquisa de técnicas de cultura popular.*

(Andreola, 1988, p. 41)

Como se pode observar, todas as atividades do ICP/RS estão relacionadas com a valorização e expansão da cultura popular e da educação popular, inclusive prevendo o preparo de pessoas para atuarem nesta direção.

Em 7 de março de 1964, o Prof. Fiori envia carta ao Ministro da educação e Cultura, Júlio Sambaqui, na qual descreve as atividades previstas pelo Instituto para aquele ano (nas áreas de Alfabetização, Teatro, Cinema, Artes, Estudo e Pesquisa, Núcleos e Praças de Cultura, Divulgação), e solicita um auxílio de 50 milhões de cruzeiros para desencadear as ações iniciais, explicitando, também, a intenção de que o Instituto se tornasse, com o tempo, pelo menos, parcialmente, autofinanciável (Andreola, 1988, p.42). Em entrevista concedida por Paulo Freire a Tomaz Tadeu da Silva, publicada na Revista Educação e Realidade, Freire menciona ter tomado conhecimento deste documento enviado por Fiori ao MEC e afirma que, naquele momento, o Ministério já possuía uma informação oficial segura acerca da existência do Instituto. Na visita que Freire e o Ministro Sambaqui fizeram ao RS, na época, estava programado um contato com Fiori para estabelecer um convênio entre o MEC e o ICP/RS. O encontro aconteceu, o convênio foi acertado, mas o golpe, que viria a ocorrer no final daquele mês, interrompeu abruptamente

todos os planos e perspectivas do Instituto bem como os sonhos dos brasileiros que acreditavam na promoção do povo através da valorização da sua cultura, instrumento fundamental de sua emancipação.

Apesar de sua efêmera duração - 14/12/63 - 31/3/64 -, o Instituto de Cultura Popular no RS representou uma das manifestações mais autênticas da presença do ideário da educação libertadora entre nós.

Andreola (1988) afirma que

A organização do trabalho através de Círculos de Cultura e a adoção do "Sistema Paulo Freire" no campo da alfabetização manifestam, de maneira inequívoca, a relação do instituto de Cultura Popular no RS com o Centro de Cultura Popular de Recife e, sobretudo, com o "método Paulo Freire". No projeto "Núcleos e Praças de Cultura" também é evidente a inspiração do MCP de Recife (p.42).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos eventos no campo educacional no RS, nos anos iniciais da década de sessenta, e a elucidação do sentido filosófico e político-pedagógico dessas manifestações, tornam-se mais fáceis quando esta problemática é historicamente contextualizada.

Podemos perceber, por exemplo, que o pensamento pedagógico de Paulo Freire teve seu impulso inicial no âmago da ideologia do nacionalismo desenvolvimentista, sendo fortemente influenciado pelo humanismo cristão. O caráter emancipatório de sua proposta pedagógica insinuou-se a partir do contato direto com as massas oprimidas pelo poder do capital e sutilmente confinadas na sua ignorância pelo ardiloso jogo ideológico do populismo.

A tomada de consciência da necessidade de valorização da cultura das classes subalternas como uma forma de recriar a educação a partir desse ponto, foi o primeiro passo para que intelectuais, profissionais e políticos de idéias avançadas se engajassem nos movimentos populares da época, unindo forças na constituição de um meritório clima de luta política contra as hegemonias imperialistas.

Delineou-se, assim, uma fase ímpar de mobilização política com ampla participação popular, como se todo o país partilhasse, em uníssono, os mesmos ideais de liberdade e igualdade. No

RS, estado cuja história registra uma resposta sempre pronta aos apelos de caráter nacionalista, a participação não foi diferente. As manchetes dos jornais, transcritas nas páginas anteriores, ilustram todo o entusiasmo do povo pelas iniciativas na área da educação, as quais, se não tivessem sido abruptamente suprimidas pelo golpe militar de 31 de março de 64, poderiam ter-se constituído na grande contribuição político-pedagógica para a superação do subdesenvolvimento social e cultural ao qual estamos sujeitos até hoje. Por outro lado, o golpe revelou que a adesão maciça ao movimento era apenas aparente, pois as forças conservadoras estavam atentas para entrar em ação assim que houvesse indícios de risco de perda de controle das massas.

Um ponto que despertou nossa curiosidade foi o fato de o dossiê jornalístico, utilizado como uma das fontes deste trabalho, conter notícias publicadas até o mês de janeiro de 64, quando o golpe só veio a ocorrer em 31 de março. Em depoimento pessoal, a profa. Ana Maria Zardim esclareceu que a Secretária de Educação, Zilá Mattos Totta, foi demitida pelo Governador Ildo Meneghetti na primeira semana de janeiro, aparentemente devido a um impasse nos posicionamentos relativos à política adotada com os professores do estado. Porém, segundo a depoente, um clima político conturbado já vinha se fazendo sentir na SEC, principalmente porque a orientação imprimida ao trabalho desgostava algumas parlamentares da época.

Em solidariedade à titular da SEC, demitiram-se também seus colaboradores mais diretos, entre eles dois subsecretários, a diretora da Divisão de Cultura e a própria professora Ana Maria Zardim, que era chefe do Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos. Com o afastamento destas pessoas cessou o trabalho de educação popular, pelo menos aquele com caráter oficial. O novo Secretário, Ariosto Jager, imprimiu nova direção à política educacional do Estado, e a imprensa passa a ocupar-se dos atos dos titulares recém empossados e das novas propostas. Embora sem apoio governamental, muitos dos Círculos de Cultura já criados continuaram a funcionar, porém sua resistência foi efêmera, por motivos óbvios.

A imprensa, por sua vez, que havia assumido um papel tão relevante na mobilização popular em torno da educação libertadora, silenciou, passando a dar cobertura apenas às iniciativas oficiais. Aliás, os mais tradicionais veículos de comunicação em nosso estado, pelo menos

nos últimos 50 anos, têm se caracterizado por uma trajetória acentuadamente marcada por pactos com os grupos e as ideologias hegemônicas.

Em relação ao Instituto de Cultura Popular, merece destaque a ampla participação, na época, de intelectuais e profissionais das mais diferentes áreas, revelando interesse ímpar por um movimento desta natureza. Parece que hoje não verificamos a mesma disposição dos variados segmentos da população, e nem mesmo dos intelectuais, em engajar-se nas lutas popu-

lares. Teria sido mais mobilizador o momento histórico-político dos anos 60? Hoje, trinta anos após, estaremos assistindo ao predomínio da racionalidade crítica orientando a conduta dos agentes sociais, compelindo-os a um agir com caráter acentuadamente individualista e desengajado? Bem: os dados históricos aí estão, disponíveis para nossa análise e compreensão. A interpretação do presente é um desafio permanente. Quanto ao futuro, quem se arriscaria a fazer previsões?

* * *

Notas

1. O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi criado em 1955, no Ministério da Educação, constituindo-se num centro avançado de estudos políticos e sociais, destinado a fornecer elementos teóricos que subsidiassem as propostas de desenvolvimento nacional. Apesar da heterogeneidade ideológica das pessoas de notório saber que compunham seus quadros, o ISEB foi, até março de 1964, o principal órgão de elaboração e difusão do nacionalismo desenvolvimentista. (Cf. Cunha, 1983, p.53-54).
2. Trechos retirados de reportagem da Folha da Tarde, de 17 de abril de 1963 – *LOCALIZADAS TRÊS EXPERIÊNCIAS PILOTO DO PLANO DE CULTURA POPULAR DA SEC*.
3. Jornal do Dia (13/6/63), Folha da Tarde (20/6/63), Correio do Povo (21/6/63), havendo ainda registros em jornais de outras datas. As manchetes falam de alfabetização em 40 dias e 40 horas. A experiência de Angicos – RN, em que o método foi utilizado com sucesso, durou 40 dias.
4. Folha da Tarde de 24, 26, 27 e 30 de dezembro de 1963.
5. A principal fonte utilizada nesta parte do estudo é o artigo de Balduino A. Andreola – Cultura e Educação Popular nos Anos Sessenta no RS – (cf.bibliografia).

* * *

Referências bibliográficas

1. ANDREOLA, Balduino A. Cultura e educação popular nos anos sessenta no Rio Grande do Sul. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 13(2): 39-48, jul./dez. 1988.
2. ANDREOLA, Balduino A. et alii. Alfabetização de adultos nas vésperas do golpe (1963-1964) em Porto Alegre. Porto Alegre, Fac. de Educação da UFRGS. Trabalho apresentado na 42ª. Reunião da SBPC. Anais da 42ª. Reunião Anual da SBPC – 8- 13 julho/90. P. Alegre-RS p. 164 42-B.6.
3. CUNHA, Luiz Antonio e GÓES, Moacyr. *O golpe na educação*. Jorge Zahar, 6. ed. Rio de Janeiro, 1989.
4. CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade crítica. O ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
5. FIORI, Ernani Maria. Conscientização e educação. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 11(1): 3-10. jan./jun. 1986.
6. FIORI, Ernani Maria. Educação libertadora. *Revista de Educação AEC*, Brasília, Ano 17, Nº 67, p. 26-36, jan./mar. 1988.
7. FREIRE, Paulo. Educação libertadora. *Revista de Educação AEC*, Brasília. Ano 17, Nº 67, p.81-90, jan./mar. 1988. Entrevista a Ivan Teófilo.

8. FREIRE, Paulo. Ernani Fiori: um intelectual apaixonado. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 11(1): 11-18, jan./jun. 1986. Entrevista a Tomaz Tadeu da Silva.
9. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
10. FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 10. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
11. GADOTTI, Moacir. *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo, Scipione, 1989.
12. PAIVA, Vanilda (org.) et alii. *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
13. ROSSA. Leandro. Educação libertadora – aspecto histórico – *Revista de Educação AEC*, Brasília, Ano 17, No 67, p.7-16, jan.mar. 1988.
14. SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich, *Pedagogia dialética de Aristóteles a Paulo Freire*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

JORNAIS:

Correio do Povo, Folha da Tarde, Jornal do Dia e Jornal do Comércio (vários números no período compreendido entre 16/3/63 a janeiro/64).

* * *

Marisa C. Vorraber Costa é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.